



Relatório de Análise de Impacto

Nº do processo: 21000.051082/2024-14 Descrição: PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO DO FENO DE ALFAFA
Tipo de Norma: Portaria
Unidade Responsável: DIPOV
Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
00751624667	Karina Fontes Coelho Leandro	karina.leandro@agricultura.gov.br	6132183251
19737645634	DUARTE VILELA	duarte.vilela@embrapa.br	32999901155
53315448604	MARCOS NEVES PEREIRA	mpereira@ufla.br	35999637551
90184564891	ADEMIR MAÇANORI HONDA	fwno-ptu@uol.com.br	38988011124
60461799049	MARCELO ANTONIO ARALDI BRANDOLI	mbrandoli@emater.tche.br	51997831121
74182471091	ANDRE BRUGNARA SOARES	andre.bruagnara@agricultura.gov.br	41991106888
39644073304	ANISIO FERREIRA LIMA NETO	anisio.lima@embrapa.br	86994617387
28138546620	REINALDO DE PAULA FERREIRA	reinaldo.ferreira@embrapa.br	16996053236
03041016990	ERICH DOS REIS DUARTE	erich.duarte@andermatt.com.br	43999525967

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

Falta de metodologia sobre a qualidade do feno de alfafa. Pretende-se criar parâmetros de qualidade tendo em vista o comércio interno e externo de feno de alfafa. Não existindo um padrão oficial de classificação do feno de alfafa, aprovado por legislação (IN) específica do MAPA, não existirá conceitos, critérios e procedimentos adequados para tipificar pela qualidade os diferentes tipos de feno de alfafa a serem comercializados. Uma das condições para garantir estabilidade na produção de feno de alfafa, compatível com a demanda, é a adoção de padrões aceitáveis de qualidade, compatíveis com as exigências do mercado internacional.

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

1) Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;2) Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007.

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

Sim. Apesar do mercado ainda pouco explorado, o Brasil tem grande potencial de expansão da área de cultivo da alfafa (Medicada sativa) destinada à produção de feno, haja vista a possibilidade de se expandir, em função das boas condições de clima e tecnologias disponíveis, para vários biomas. Contudo, o país deve buscar a solução para problemas internos, pois não dispõe de um sistema que caracterize a qualidade nutricional do feno de alfafa para o comércio interno ou exportação. A adoção de um sistema nacional de tipificação de feno, compatível com as exigências do mercado internacional, é fundamental para que o Brasil se insira definitivamente no mercado mundial exportador de feno de alfafa. Objetivo é ter um sistema nacional oficial de classificar o feno de alfafa por critérios de qualidade nutricional, alinhado aos padrões exigidos internacionalmente. Para alcançar esse objetivo, é importante o apoio ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), na elaboração de normativa específica para regulamentar o comércio de feno de alfafa no Brasil, por meio de um padrão oficial de classificação por qualidade nutricional.

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.)

Atores públicos: - Órgãos de Fiscalização por não terem parâmetros ou normas para seguirem na precificação do feno de alfafa pela qualidade (Parâmetros Legais). - Órgãos de governo regulatórios de exportação MAPA-DAS/ Superintendências e UTRA / Secretarias estaduais de agricultura, por não atenderem a demanda externa de países potenciais compradores Atores privados: -Produtores rurais / Técnicos da assistência técnica / Empresas especializadas em exportação de produtos agropecuários/ Escritórios responsáveis por cabotagem/ Compradores do produto, tanto no Brasil como no exterior.



Relatório de Análise de Impacto

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
 - Agrava-se lentamente
 - Mantém-se estável
 - Resolve-se lentamente
 - Resolve-se rapidamente
 - Imprevisível
-



Relatório de Análise de Impacto

6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

Alternativa A: Discutir questões conflitantes ou não inerentes ao conteúdo da normativa em fóruns públicos adequados; Alternativa B: Garantir a confiabilidade na aplicação da normativa, observando as exigências do consumidor; Alternativa C: criar uniformidade de procedimentos; Alternativa D: enquadramento científico na correlação dos critérios de qualidade estabelecidos; Alternativa E: Criação de mecanismos (não normativos) válidos adequados para solucionar problemas; Alternativa F: Identificar as falhas do processo, caso haja, na sua aplicação prática, para propor correções, revendo o referencial com frequência. Não existe ação paliativa com a opção não-normativa. A não adoção dessa normativa deixará o país a deriva de um grande e crescente mercado de feno que poderia render milhares de dólares em divisa para o país. Um sistema de classificação que poderia ser sugerido, é através de um PPP (Padrão Privado de Produção), mas certamente não teria a mesma creditação, tanto no país, sobretudo no exterior.

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

Pela certificação compulsória, ou seja, obrigatória, Lei do auto controle ζ 14.515/2022- MAPA, os impactos positivos: após implantar os critérios oficiais de tipificar feno de alfafa por qualidade com vistas à exportação e à precificação para o mercado interno, considerando-se: (a) sociedade: criar mais empregos e gerar mais renda, principalmente para regiões propícias à cultura da alfafa nos principais biomas nacionais, áreas promissoras para produção de feno de alfafa com vista a exportação, (b) empresas: criar emprego e ampliar a oferta de produtos com qualidade para o mercado externo, ampliando sua receita e: (c) governo: ampliar a pauta de exportação tendo em vista o Brasil continuar sendo protagonista no ζ crescimento sustentável das exportações, atuando com eficiência, retorno econômico e social, dando ênfase a recursos que visem garantir a ζ agregação de valor ζ aos produtos. Além disso, é importante diversificar cada vez mais a pauta de produtos ofertados a novos parceiros comerciais. Impacto negativo: Não há impactos negativos mensuráveis considerando-se a certificação compulsória. Ao contrário, a

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

Alternativa A: Catálogo técnico/ Documento - Explica, orienta para não permitir desvios de interpretação, ter ferramentas para cobrar a adequação do setor ζ Boa efetividade Alternativa B: Discutir questões conflitantes ou não inerentes ao conteúdo da normativa em fóruns adequados - Boa efetividade. Alternativa C: a não regulamentação, o problema persistirá ζ Baixa efetividade. Alternativa D: Criação de mecanismos (não normativos) válidos adequados para solucionar problemas, como por exemplo câmara arbitral - Pouca efetividade. Alternativa E: regulamentação - A alternativa mais adequada para alcançar os objetivos que se pretende com a tipificação do feno de alfafa, será disponibilizar publicamente um sistema de classificação oficial do feno por qualidade, com vista a precificar e comercializar internamente e a exportar. Sem esse procedimento, o país terá dificuldade de atender a potenciais demandas internacionais e que já dispõem de um sistema de tipificação que permite o comércio entre os países exportadores do produto - Maior efetividade.

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
 Sim. Especificar.

As referências internacionais constam do documento em anexo.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
 Sim. Especificar.

As referências internacionais constam do documento em anexo.



Relatório de Análise de Impacto

11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
 Sim. Especificar.

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

O Brasil ter norma específica para classificar feno de alfafa por qualidade, sustentada em critérios científicos, com vistas ao comércio interno e externo de feno, com benefícios de se: - aprimorar os conceitos de qualidade, tornando-os mais claros e objetivos; - uniformizar o entendimento da qualidade na valoração do produto ao longo da cadeia; - melhorar os procedimentos operacionais dos produtores e exportadores oficiais de feno de alfafa. Assim, alcançaria: - maior transparência e segurança para as partes envolvidas; - maior valorização do produto pelo consumidor.

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

- Uniformidade de procedimentos; e- Padronização da qualidade do produto.

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
 Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
 Despesas ou transferências de recursos financeiros dos PIs da unidade administrativa
 Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
 Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
 Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
 Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
 Outros. Especificar e quantificar:
-



Relatório de Análise de Impacto

16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)
Divulgação e treinamento.

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
 Sim. Por quê?

Espera-se benefícios, por tratar de favorecimento de toda cadeia envolvida com o produto.

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
 Sim. Relacionar.

CGQV/DIPOV/SDA, CGVIGIAGRO e CGAL/DETEC/SDA e SCRI.

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

As autoridades acreditam que os objetivos estão claros e que é possível trabalhar sobre o problema regulatório identificado.

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Relatório de Análise de Impacto

O normativo está em fase de elaboração, portanto ainda não foi submetido a testes.

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
 Sim. Relacionar.

Divulgação, capacitação e treinamento por um período a ser definido em audiência pública.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
 Reunião
 Consulta Pública
 Audiência Pública
 Câmara Setorial
 Outros. Especificar:

Oficina técnica e prática.

23 - Observações adicionais:
